



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13706.001765/93-16
Recurso nº. : 121.690
Matéria : IRPF - Ex: 1989
Recorrente : JOÃO ALVES MEIRA MARTINS COSTA
Recorrida : DRJ no RIO DE JANEIRO - RJ
Sessão de : 12 de julho de 2000
Acórdão nº. : 104-17.521

IRPF - CORREÇÃO MONETÁRIA - CONTRATO DE MÚTUO - A tributação na Cédula "B" de juros e correção monetária proveniente de empréstimo feito pela pessoa física à pessoa jurídica calculada com base nos índices oficiais não está sujeita à incidência do imposto.

Recurso provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **JOÃO ALVES MEIRA MARTINS COSTA**.

ACORDAM os Membros da Quarta Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, DAR provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

LEILA MARIA SCHERRER LEITÃO
PRESIDENTE

MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE
RELATORA

FORMALIZADO EM: 15 SET 2000

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros NELSON MALLMANN, SÉRGIO MURILO MARELLO (Suplente convocado), JOSÉ PEREIRA DO NASCIMENTO, ELIZABETO CARREIRO VARÃO, JOÃO LUÍS DE SOUZA PEREIRA e REMIS ALMEIDA ESTOL.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13706.001765/93-16
Acórdão nº. : 104-17.521
Recurso nº. : 121.690
Recorrente : JOÃO ALVES MEIRA MARTINS COSTA

R E L A T Ó R I O

JOÃO ALVES MEIRA MARTINS COSTA, jurisdicionado pela DRJ no Rio de Janeiro - RJ, foi notificado do Auto de Infração de fls. 03, da exigência tributária no total de 11.299,94 UFIR referente ao exercício de 1989, ano-base de 1988.

O lançamento teve origem na tributação na Cédula "B" decorrente de empréstimo efetuado à pessoa jurídica MARILU ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA., da qual o contribuinte era sócio, bem como pela glosa parcial (NCz\$ 100,00) do abatimento pleiteado a título de despesas médicas.

Inconformado, o interessado apresentou impugnação tempestiva, fls. 136/149, apresentando os documentos de fls. 150/167 e argüi a preliminar de violação ao princípio da estrita legalidade, consagrado no art. 9º., inciso I do Código Tributário Nacional, além do artigo 192, § 3º, da Carta Magna, que limita a taxa dos juros reais a 12% ao ano, face à cobrança dos juros de mora utilizando como parâmetro a TRD acumulada no período de 04/02/91 a 01/02/92, argumentando que não havia norma expressa que determinasse a indexação das obrigações tributárias, alegando em sua defesa, em síntese:

"a) a correção monetária calculada nos índices de ORTN, auferida por pessoas físicas em decorrência de empréstimo efetuado à empresa, não está sujeita à incidência do imposto conforme assim consideram as jurisprudências administrativa e judiciária, cujos julgados transcreve e anexa à petição impugnatória; e



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13706.001765/93-16
Acórdão nº. : 104-17.521

b) descabe a glosa do abatimento relativo às despesas médicas consoante documento hábil que anexa fornecido pelo beneficiário do gasto."

Finalmente, confia no deferimento da impugnação, procedendo-se os necessários reparos na exigência formulada no Lançamento Suplementar.

Às fls. 174/178, consta a decisão da autoridade de primeira instância, sintetizada pelas seguintes ementas:

"IRPF - IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA
Exercício de 1989, Ano-Base: 1988.

- TRD COBRADA COMO JUROS DE MORA - "Ex vi" do Dec. nº 2.194/97, estão cancelados os créditos tributários constituídos com base em lei declarada constitucional pelo STF, hipótese em que se enquadra a cobrança da TRD como juros de mora no período compreendido em 04.02.91 a 29.07.91.

- CORREÇÃO MONETÁRIA DE CONTRATO PARTICULAR DE MÚTUO - A correção monetária percebida por sócio em razão de empréstimo feito à pessoa jurídica não financeira a que esteja vinculado sujeita-se ao imposto de renda como rendimento equiparado a juros, ainda que baseada nos índices de atualização do valor nominal das OTN. Só há isenção quando expressamente previsto em lei.

- PRECLUSÃO PROCESSUAL - Matéria contestada na fase impugnatória do procedimento torna o lançamento incontrovertido quanto

- LANÇAMENTO PROCEDENTE EM PARTE."

Concluiu, por julgar procedente em parte o lançamento impugnado, mandando excluir dos cálculos dos juros de mora, a cobrança da parte relativa à exigência da TRD no período compreendido entre 04/02/91 a 29/07/91.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13706.001765/93-16
Acórdão nº. : 104-17.521

Ciente da decisão de primeiro grau, o sujeito passivo interpôs recurso voluntário, conforme petição de fls. 183/187, a este Colegiado, que foi lido na íntegra em sessão.

Comprovante do depósito recursal às fls. 194.

É o Relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13706.001765/93-16
Acórdão nº. : 104-17.521

V O T O

Conselheira MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE, Relatora

O recurso preenche os pressupostos de admissibilidade, razão pela qual dele conheço.

Independente de quaisquer manifestações do contribuinte, cabe à autoridade julgadora o controle da legalidade dos atos administrativos.

A matéria objeto do presente litígio já é por demais conhecida deste Primeiro Conselho de Contribuintes, tanto que, já tem caudalosa jurisprudência pacificada, inclusive, pela Câmara Superior de Recursos Fiscais, e com ementas transcritas pelo próprio sujeito passivo, tanto na peça impugnatória como na peça recursal, além de já ter sido declarada pelo Poder Judiciário a intributabilidade de importâncias auferidas por pessoas físicas, a título de correção monetária de empréstimo em dinheiro concedido por empresas a seus sócios, por falta de disposição expressa que autorize a incidência do imposto, se calculado com base nos índices de ORTN ou OTN, como no caso em tela.

Destarte, por falta de amparo legal, incabível a exigência litigada.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
QUARTA CÂMARA

Processo nº. : 13706.001765/93-16
Acórdão nº. : 104-17.521

Face ao exposto, voto no sentido de DAR provimento ao recurso interposto.

Sala das Sessões (DF), em 12 de julho de 2000

MARIA CLÉLIA PEREIRA DE ANDRADE